



Processo no 1o Grau: 0002190-40.2017.814.0012

Recurso: 0002190-40.2017.814.0012 RECORRENTE: BANCO ITAU BMG CONSIGNADO RECORRIDO: JOSÉ MARIA GARCIA RELATORA: ANA LÚCIA BENTES LYNCH

EMENTA: JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS. RECURSO INOMINADO. CONTRATO BANCÁRIO DE EMPRÉSTIMO. ALEGAÇÃO INEXISTÊNCIA DE CONTRATO. REVELIA. PRESUNÇÃO DE VERACIDADE DOS FATOS QUE NÃO FOI ELIDIDA PELOS ELEMENTOS QUE CONSTAM DOS AUTOS. IMPOSSIBILIDADE DE INOVAÇÃO NO ARCABOUÇO PROBATÓRIO EM RECURSO. SENTENÇA CONDENATÓRIA MANTIDA. RECURSO IMPROVIDO.

- 1. A parte reclamante/recorrida ingressou com ação declaratória de inexistência de débito, restituição de valores com repetição de indébito e pedido de indenização por danos morais. Alegou que passou a ser descontada em sua aposentadoria em razão de três empréstimos que afirma não ter realizado. Pediu a declaração de inexistência da relação jurídica, restituição de parcelas e indenização por danos morais.
- 2. A reclamada/recorrente não compareceu à audiência designada, sendo-lhe declarada a revelia. Também apresentou contestação extemporaneamente.
- 3. A sentença de mérito julgou parcialmente procedentes os pedidos iniciais, declarando a inexistência dos contratos questionados na inicial, determinando a restituição em dobro de valores e condenando o banco reclamado ao pagamento de indenização por danos morais arbitrada em R\$5.000,00 (cinco mil reais).
- 4. Houve recurso por parte da reclamada, que pediu o julgamento de improcedência da ação, assim como contrarrazões pela reclamante, que pediu a manutenção da sentença.
- 5. É o relatório. Voto.
- 6. De início cumpre destacar que a questão deve ser examinada sob a ótica do Código de Defesa do Consumidor.
- 7. Ocorre que, em que pese alegar ser a contratação legítima, o banco recorrente não trouxe aos autos nenhum documento como o contrato, comprovante de transferência ou qualquer outro que demonstre ter o reclamante aderido ao contratoobjeto da presente ação.
- 8. Nesse sentido:
- 9. APELAÇÃO CÍVEL CONTRATO BANCARIO CÓDIGO DE DEFESA DOCONSUMIDOR APLICABILIDADE SÚMULA 297/STJ RESPONSABILIDADE OBJETIVA SÚMULA479/STJ EMPRÉSTIMO CONSIGNADO DESCONTOS INDEVIDOS ÔNUS DA PROVA INVERSÃO -DANO MORAL CONFIGURADO QUANTUM INDENIZATÓRIO RAZOABILIDADE. 1. A teor da súmulan.º 297 do Superior Tribunal de Justiça, às instituições financeiras é aplicado o Código de Defesa doConsumidor. 2. As instituições financeiras respondem objetivamente pelos danos gerados por fortuitointerno relativo a fraudes e delitos praticados por terceiros no âmbito de operações bancárias. (Súmula 479do STJ) 3. Diante da aplicabilidade do CDC às relações bancárias, bem como a presença da inversão doônus da prova, se o banco se omite completamente na arena probatória e deixa de demonstrar a existênciae validade do contrato de empréstimo, não há como aliviar a sua responsabilidade civil pelos danossuportados pelo consumidor. 4. Não se pode considerar como mero aborrecimento a existência dedescontos indevidos na conta da apelada em decorrência de um contrato decorrente de fraude, em que ainstituição financeira não agiu com as cautelas necessárias, sendo patente a presença do dano moral. 5. Odano moral se mostra patente e valor arbitrado pelo juízo a quo mostra-se adequado às peculiaridades docaso 6. Apelação conhecida e nâo provida.

 $(TJ-AM\ 06143267120138040001\ AM\ 0614326-71.2013.8.04.0001,\ Relator:\ Airton\ Luís\ Corrêa\ Gentil,\ Datade\ Julgamento:\ 26/11/2017,\ Terceira\ Câmara\ Cível)$ 

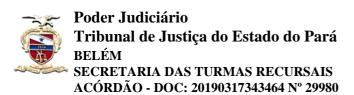
10. No que concerne à indenização por danos morais em R\$ 5.000,00 (cinco mile quinhentos reais) tenho que foi fixada em valor razoável, tendo em vista a indevidaingerência e a privação que a recorrente causou no acesso da reclamante à suaaposentadoria, que tem caráter alimentício e é a forma com a qual a

Pág. 1 de 2

Fórum de: <b>BELEM</b>	Email:

Endereço:

CEP: Bairro: Fone:





reclamante mantémsua subsistência. Ademais, a importância em nada afetará a saúde financeira dareclamada que, como instituição bancária de grande porte, está entre as empresas maislucrativas do país.

- 11. A multa por eventual descumprimento da obrigação de fazer, de R\$100,00ao dia, limitada a R\$ 3.000,00, tampouco apresenta qualquer excesso, já que, além de servalor ínfimo se comparado à capacidade econômica da recorrente, a recorrente sequerprecisará pagá-la, bastando, para tanto, que cumpra a obrigação de fazer que lhe foideterminada.
- 12. Diante de todo o exposto, voto pelo conhecimento do recurso e peloseu não provimento, com manutenção da integralidade da sentença recorrida.
- 13. Custas à razão de 20% (vinte por cento) do valor da causa, a ser suportada pela recorrente.

Belém, 02 de julho de 2019.

	Pág. 2 de 2

Email:

Endereço:

Fórum de: BELÉM

CEP: Bairro: Fone: